

Aeroportos do
Nordeste do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório de Administração

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Sobre a Companhia

1.1. Apresentação e Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“Aena Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito específico constituída em 30 de maio de 2019. A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, CEP: 51.030-300, Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada uma das seis cidades que possui operação de aeroportos.

A Aena Brasil é uma subsidiária integral da *Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.* (“AENA Desarrollo”), companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri. A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E, S.A., companhia (“Grupo AENA”) cotada na bolsa de valores de Madrid na Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha, e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de outros 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Ibero América, cujo último evento foi a aquisição da concessão do grupo aeroportuário do Nordeste do Brasil, em 2019, aeroportos descritos abaixo.

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Aena Brasil – Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019 (“Contrato”), com o objeto da concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU

A vigência do Contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia: 9 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão – apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão foi implementando nas seguintes fases:

- **Fase I-A:** A Fase de transferência operacional, sobre a gestão dos aeroportos, ocorreu de forma escalonada mediante acordo entre Aena Brasil, ANAC e Infraero, visando mitigar impactos operacionais, nas seguintes datas:

AEROPORTO	DATA
SBJU	13/01/2020
SBKG	16/01/2020
SBMO	13/02/2020
SBAR	20/02/2020
SBJP	24/02/2020
SBRF	03/03/2020

- **Fase I-B:** Fase de ampliação dos aeroportos para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário, conforme contrato de concessão. A Companhia estima que a duração desta fase seja de 44 meses a contar da data de eficácia - 36 meses originais definidos no contrato de concessão, adicionado a 8 meses de ampliação concedidos pela ANAC em decorrência da Covid-19.
- **Fase II:** Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

1.2. Principais Eventos

COVID-19

Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o 1º caso de corona vírus no Brasil, em 11 de março a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia do Covid -19 e em 20 março o Governo Federal decretou o Estado de Calamidade Pública, vigente até 31 de dezembro 2020¹ e que possibilitou adotar medidas emergenciais para auxiliar a economia, saúde pública e a população brasileira.

Com a expansão da pandemia, em 28 e março de 2020 iniciou-se um tempo de incertezas para a aviação nacional e internacional, o tráfego doméstico de aeronaves na rede de Aena Brasil foi reduzido² em aproximadamente 92% e o internacional em 100% para os voos de passageiros, restando apenas voos emergenciais (66 voos semanais para o Bloco NE) e alguns cargueiros internacionais.

¹ Atualmente tramita no Congresso um Projeto de Decreto Legislativo para prorrogar o Estado de Calamidade Pública por mais 6 meses. Porém, a Declaração da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada em fevereiro pelo Ministério de Saúde e que sustenta as ações urgentes de prevenção e controle de riscos a saúde pública, permanece vigorando de forma indefinida.

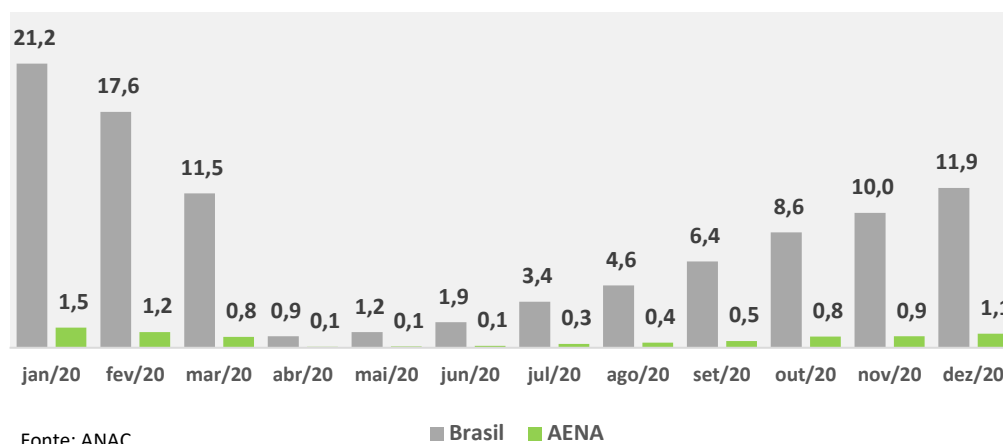
² As referências em este documento a dados de tráfego são dos 6 aeroportos sob gestão de Aena, independentemente do momento em que esta gestão fora iniciada. Assim, os dados anteriores a data de início de operação cada aeroporto, correspondem ao operador aeroportuário anterior.

Acompanhando a progressiva melhoria nos dados de saúde, a partir de maio 2020 o tráfego aéreo começou uma lenta recuperação, de forma mais significativa a partir de julho devido principalmente ao tráfego nacional. Em dezembro de 2020, a movimentação retornou a patamar de 83% quando comparado ao ano anterior. O tráfego internacional de passageiros foi retomado em agosto 2020 no aeroporto de Recife, e em outubro 2020 em Maceió, apenas com conexões com Lisboa. Assim, este tipo de tráfego atingiu apenas 13% quando comparado à dezembro 2019.

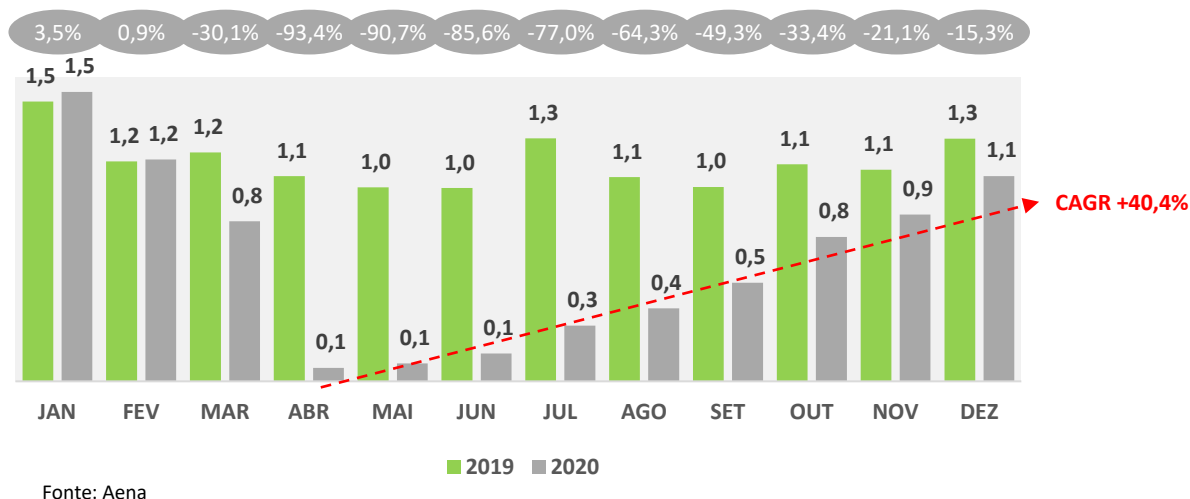
No acumulado do ano, o tráfego acumulado do período foi de 7,5 milhões de passageiros, o que representa uma queda de 6,3 milhões de passageiros, 45,7% comparado a 2019.

No gráfico 1 – “Tráfego de Passageiros 2020”, demonstramos a retração de passageiros no mercado brasileiro e nos Aeroportos da rede Aena, e no gráfico 2 – “Tráfego Bloco NE 2019 vs 2020” o comparativo dos aeroportos da rede AENA de 2019 e 2020.

Tráfego de Passageiros 2020 (Milhões)



Tráfego Bloco NE 2019 vs 2020 (Milhões)



Dada a redução no volume de passageiros, a Companhia implementou um plano de contingência para minimizar os impactos financeiros e assegurar liquidez, com as seguintes ações:

- Redução significativa dos horários de funcionamento de cinco aeroportos, alinhada com as companhias aéreas e autoridades reguladoras. Durante o segundo trimestre somente o aeroporto de Campina Grande ficou sem tráfego de aeronaves. O aeroporto de Recife foi o único que manteve operação 24hs e os demais 4 (Aracaju, Maceió, João Pessoa e Juazeiro do Norte) funcionaram em horário reduzido, suficiente para atender a demanda existente da forma mais eficaz possível.
- Foi conduzida uma profunda revisão do escopo e custo dos contratos de serviços externalizados vigentes (manutenção, segurança, vigilância, limpeza, *handling*, combate a incêndio e outros).
- Foi solicitado à ANAC ampliação do prazo para apresentação dos projetos e execução dos investimentos requeridos pelo contrato de concessão. A ANAC suspendeu os prazos de execução das obrigações contratuais de investimento, entre o 13 de maio de 2020 e o 23 de novembro de 2020, e acresceu o prazo de 8 oito meses às datas inicialmente estabelecidas contratualmente para conclusão dos investimentos. Assim, a Companhia cessou as atividades de investimento (Capex) a partir de abril 2020.
- Adoção das medidas estabelecidas pelas autoridades em consequência do estado de Calamidade Pública, que consistiu basicamente na postergação de 4 meses do pagamento de verbas trabalhistas (Contribuições previdenciárias), e impostos indiretos federais sobre as receitas auferidas nos meses de abril e maio.
- Concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. Estas medidas foram complementadas com aprazamentos pontuais e temporais do pagamento a determinadas companhias aéreas e outros clientes.

Tais medidas foram importantes para manter os níveis de caixa da companhia e tem contribuído para manutenção das atividades dos nossos principais clientes.

Estas medidas foram progressivamente revertidas desde o terceiro trimestre, acompanhando a recuperação da atividade. Assim, no final do ano só os aeroportos com menos tráfego (Juazeiro do Norte e Campina Grande) operavam com horários reduzidos, e boa parte do escopo dos contratos de serviços externalizados tinha sido retomado. Também desde outubro de 2020 foram reiniciados os trabalhos de engenharia e projetos prévios necessários para realizar as atuações de investimento, que tem como primeiro evento as ações imediatas de melhoria em padrões operacionais com prazo atualizado para maio 2021. Finalmente, os descontos nas rendas dos contratos de cessão de espaços foram se reduzindo até ter sido eliminados já em janeiro 2021.

Acompanhando a recuperação da demanda, em coordenação com a ANAC e autoridades sanitárias, a Companhia tem implementado em todos seus aeroportos medidas destinadas a garantir a retomada das atividades mantendo condições de segurança, como a realização de testes em seus funcionários, e o reforço dos serviços de limpeza e higienização dos ambientes e dos sistemas de ar-condicionado, medidas de desinfecção das instalações, e sinalizações específicas.

A capitalização demandada pelo Contrato, assim como os efeitos das medidas de contingência indicadas anteriormente, tem permitido a Aena Brasil manter seus compromissos mantendo um nível de caixa suficiente ao longo de todo o ano. Adicionalmente, em dezembro 2020 foi reforçada a liquidez da Companhia com a obtenção de um empréstimo de R\$ 70 milhões com prazo de pagamento de 18 meses.

Considerando o estabelecido no Contrato sobre a alocação dos riscos entre o Poder Concedente e a Companhia, as interpretações realizadas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia, assim como a legislação aplicável ao caso, Aena Brasil considera que tem direito a compensação pelas perdas que a pandemia cause devido a alterações relevantes nas suas receitas e custos. Assim, em dezembro 2020, a Companhia apresentou perante a ANAC pleito de revisão extraordinária para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato referente aos efeitos que a pandemia tem ocasionado no exercício 2020. À data de preparação de este relatório, o pleito encontra-se sob revisão pelo Regulador.

OPERAÇÃO

A Aena Brasil aportou o valor da Outorga de R\$1.917 milhões (importe de adjudicação no leilão público da ANAC nº 00058.021437/2019-80 de R\$ 1.900 milhões, atualizado pelo IPCA desde março 2019 até julho 2019 conforme as regras do Edital) assim como outros custos necessários para a assinatura do Contrato no valor de R\$ 334 milhões, de acordo com o previsto nas regras do leilão público.

A ANAC aprovou os Planos de Transferência Operacionais (PTO) de cada um dos aeroportos no dia 28 de dezembro de 2019.

Uma vez iniciada as operações, a Companhia obteve as seguintes receitas:

- **Receitas tarifárias** - constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remunera os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei 6009/1972, Decreto 89121/1983 na Resolução 432/2017 e na Portaria 219/6C-5/2001 e o previsto no Contrato. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2020 por esta categoria foi de R\$ 82,8 milhões.
- **Receitas não tarifárias** – decorrentes de exploração das atividades econômicas, em geral mediante celebração de contratos de cessão de área a terceiros, em regime de direito privado. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2020 por esta categoria foi de R\$ 52,2 milhões.
- **Receita por prestação de serviço de construção** - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão. A receita operacional líquida registrada no exercício de 2020 por esta categoria foi de R\$ 11,7 milhões (2019: R\$ 1,8 milhões).

Os aeroportos tiveram até 31 dezembro 2020 um volume de passageiros de 7,5 milhões:

Milhões de passageiros	2020	2019
Recife	4,7	8,6
Maceió	1,1	2,1
João Pessoa	0,8	1,3
Aracajú	0,6	1,1
Juazeiro do Norte	0,3	0,5
Campina Grande	0,1	0,1
TOTAL	7,5	13,8

No que diz respeito à movimentação de aeronaves e de volume de carga, foram registradas no ano 83.141 operações (-39,0% respeito a 2019) e 54.324 toneladas (-14,4% comparado com 2019).

O EBITDA (Prejuízo antes de juros, impostos, depreciação e amortização³) do ano foi de R\$ 13,7 milhões (2019: R\$ 16,9 milhões), afetado pelas despesas operacionais na ordem de R\$ 159,5 milhões (2019: R\$ 16,9 milhões), correspondentes principalmente as despesas com pessoal e serviços de terceiros.

O resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos do ano foi de R\$ 491,8 milhões (2019: prejuízo de R\$ 16,9 milhões), afetado principalmente pelas depreciações e amortizações de R\$ 67,0 milhões e *impairment* do ativo intangível de R\$ 412,0 milhões (2019: R\$ 0 milhões de amortizações e *impairment*).

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 7,9 milhões negativos, devido principalmente a incidência das variações cambiais passivas. Em 2019, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 5,3 milhões negativos, devido a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras sobre os aportes de capital.

O prejuízo líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 330,4 milhões (2019: R\$ 14,7 milhões), com o impacto do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 169,3 milhões (2019: R\$ 7,6 milhões).

No exercício de 2020, a Companhia contraiu empréstimo bancário no montante de R\$ 69,8 milhões e encerrou o exercício com R\$ 191,8 milhões em caixa (2019: R\$ 127,8 milhões).

Nos termos do Contrato, a Aena Brasil informa sobre a ocorrência de transações no montante de R\$ 3,4 milhões com partes relacionadas (Aena S.M.E, S.A e Aena Desarrollo Internacional S.M.E, S.A), que suportaram a Aena Brasil em suas operações, basicamente, em repasse de custos de contratos com fornecedores, e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio. Os serviços prestados com pessoal próprio foram registrados com um *mark-up* de 6,98%. Adicionalmente foram contabilizados R\$ 1,8 milhão de juros com partes relacionadas para refletir o valor justo da suspensão do faturamento e do pagamento concedida pelas empresas do Grupo. Os juros implícitos na suspensão não serão pagos e, assim, foram refletidos simultaneamente e pelo seu valor justo como incremento no patrimônio da Companhia.

³ Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos de R\$ 489,6 milhões (2019: R\$ 16,9 milhões) sem *impairment* de R\$ 408,4 milhões e sem depreciação e amortização de R\$ 67,5 milhões (2019: R\$ 0 milhões de *impairment*, depreciação e amortização).

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado por Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, e os Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, María José Cuenda Chamorro, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano e Antonio Fernández Poyato, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Comissão de Auditoria é integrada pela Sra. María José Cuenda Chamorro - Presidenta, e o Sr. Antonio Fernández Poyato, membros eleitos pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Roberto Ángel Ramírez García – Diretor Econômico Financeiro, Sr. Salvador Merino Moina – Diretor de Organização e Recursos Humanos, Sra. Begoña Felices Pascual – Diretora Comercial, e Sr. Raúl Moya González – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

3.1. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 12 de fevereiro de 2021

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

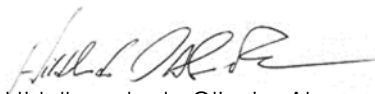
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3



Hidelbrando de Oliveira Abreu
Contador CRC BA-029520/O-7

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	69.579	127.803	Fornecedores	13	10.729	2.179
Aplicações financeiras	7	122.239	-	Empréstimos e arrendamentos	14	47.241	605
Contas a receber de clientes	8	29.954	-	Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.113	24.231
Despesas antecipadas		1.296	1.077	Impostos e contribuições a recolher	16	5.369	1.064
Imposto a recuperar	9	2.652	332	Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.587	326
Outros créditos		141	46	Provisões de contas a pagar	18	20.280	2.506
				Outras contas a pagar	19	5.656	560
Total do ativo circulante		225.861	129.258	Total do passivo circulante		134.975	31.471
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e arrendamentos	14	23.856	605
Impostos diferidos	10	176.835	7.550	Provisão para contingências	20	7	-
Imobilizado	11	3.171	466	Total do passivo não circulante		23.863	605
Intangível	12	1.785.265	2.267.218	Patrimônio líquido	21		
Intangível em construção	12	13.490	1.812	Capital social		2.389.000	2.388.895
Total do ativo não circulante		1.978.761	2.277.046	Reservas		1.849	-
				Prejuízos acumulados		(345.065)	(14.667)
				Total do patrimônio líquido		2.045.784	2.374.228
Total do ativo		2.204.622	2.406.304	Total do passivo e patrimônio líquido		2.204.622	2.406.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 7 meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	22	146.710	1.813
Custos dos serviços prestados	23	<u>(178.811)</u>	<u>(1.813)</u>
Prejuízo bruto		<u>(32.101)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	24	(39.841)	(16.870)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	(7.852)	-
Impairment	12	(412.029)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(491.823)</u>	<u>(16.870)</u>
Receitas financeiras		3.600	5.478
Despesas financeiras		<u>(11.460)</u>	<u>(10.825)</u>
Resultado financeiro líquido	25	<u>(7.860)</u>	<u>(5.347)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(499.683)</u>	<u>(22.217)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	<u>169.285</u>	<u>7.550</u>
Prejuízo do exercício e período findo		<u><u>(330.398)</u></u>	<u><u>(14.667)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 7 meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício e período findo	(330.398)	(14.667)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(330.398)</u></u>	<u><u>(14.667)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 7 meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 30 de maio de 2019		-	-	-	-
Constituição da Companhia	21	1	-	-	1
Integralização de capital social	21	2.388.894	-	-	2.388.894
Prejuízo do período		-	-	(14.667)	(14.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.388.895	-	(14.667)	2.374.228
Integralização de capital social	21	105	-	-	105
Prejuízo do exercício		-	-	(330.398)	(330.398)
Juros <i>intercompany</i>	15	-	1.849	-	1.849
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.389.000	1.849	(345.065)	2.045.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 7 meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício/período		(330.398)	(14.667)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(169.285)	(7.550)
Depreciação	11	1.034	11
Amortização	12	65.963	12
Juros e variação cambial com partes relacionadas	25	11.272	-
Impairment	12	412.029	-
Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	7.852	-
Provisão para contingência	20	7	-
Juros sobre aplicações financeiras	25	(3.110)	-
Juros	14	39	-
		(4.596)	(22.194)
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(37.806)	-
Despesas antecipadas		(219)	(1.077)
Imposto a recuperar		(2.320)	(332)
Outros créditos		(95)	(46)
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		9.589	1.702
Contas a pagar - partes relacionadas		3.459	9.381
Impostos e contribuições a recolher		4.351	1.064
Obrigações sociais e trabalhistas		8.261	326
Provisões de contas a pagar		17.774	-
Outras contas a pagar		5.096	1.252
Juros pagos e IRPJ e CSLL			
Juros pagos		(10)	-
IRPJ e CSLL		(46)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		3.437	(9.924)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	11 e 29	(1.725)	-
Adições de intangível	12 e 29	(12.240)	(2.252.378)
Baixas de intangível	12	2.763	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(119.129)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(130.331)	(2.252.378)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Constituição da Companhia		-	1
Captação de empréstimos	14	69.225	1.210
Pagamentos de passivo de arrendamento	14	(660)	-
Integralização de capital	22	105	2.388.894
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		68.670	2.390.105
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(58.224)	127.803
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	127.803	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	69.579	127.803
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(58.224)	127.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“Aena Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico, constituída em 30 de maio de 2019. A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, CEP: 51.030-300, Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada uma das seis cidades que possui operação de aeroportos.

A Companhia, é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A., uma companhia com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Aena Brasil – Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019 (“Contrato”), com o objeto da concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF

Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO

Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP

Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR

Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG

Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU

A vigência do Contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia: 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão está sendo implementado nas seguintes fases:

Fase I-A: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada mediante acordo entre Aena Brasil, ANAC e Infraero, visando mitigar impactos operacionais, nas seguintes datas:

	Início da operação
Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG	16/01/2020
Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares – SBMO	13/02/2020
Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR	20/02/2020
Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP	24/02/2020
Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU	13/01/2020
Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF	03/03/2020

Fase I-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que a duração desta fase seja de 44 meses a contar da data de eficácia - 36 meses originais definidos no Contrato mais 8 meses de ampliação concedidos pela ANAC em decorrência da Covid-19.

Fase II: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

As principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

Certificado Operacional de Aeroporto;

Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais);

Licença operação perante as autoridades municipais, estaduais e federais do meio ambiente.

As licenças foram renovadas no ano de 2020 e continuam dentro de seus períodos de validade até a emissão deste relatório.

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia reconheceu prejuízo de R\$ 330.398 referente ao período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2020 (2019: prejuízo de R\$ 14.667). A administração não reconhece incerteza significativa sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

O fluxo de caixa operacional que prevê gerar no futuro, com base nas suas projeções para o período remanente da concessão;

O estabelecido no contrato sobre a alocação dos riscos entre o Poder Concedente e a Companhia, as interpretações realizadas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia, assim como a legislação aplicável ao caso, que fazem a Aena Brasil considerar que tem direito a compensação pelas perdas que a pandemia cause, devido a alterações relevantes nas suas receitas e custos. Assim, em dezembro 2020 a Companhia apresentou perante a ANAC pleito de revisão extraordinária para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, referente aos efeitos que a pandemia tem ocasionado no exercício 2020, o qual a encontra-se sob revisão pelo Regulador à data de preparação destas demonstrações financeiras.

A inexistência de passivos registrados que não possam ser cumpridos com a disponibilidade de caixa esperada para o fluxo de operação da Companhia, mesmo considerando que o cenário atual de pandemia se mantenha no exercício de 2021.

A Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia foi constituída em 30 de maio de 2019. Assim, as transações e movimentações apresentadas em estas demonstrações financeiras referentes a 2019 correspondem ao período entre 30 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2019. Devido a este fato os períodos 2019 e 2020 não são comparáveis.

A Companhia realizou no Balanço Patrimonial determinadas reclassificações de saldos do exercício de 2019 para melhor comparação com os saldos do exercício de 2020, as quais são apresentadas na tabela abaixo:

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentação)
Ativo				
Imposto a recuperar	9	-	332	332
Outros créditos		378	(332)	46
		378	-	378
Passivo				
Provisões de contas a pagar	18	-	2.506	2.506
Outras contas a pagar	19	3.066	(2.506)	560
		3.066	-	3.066

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimação das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.

Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas nº 11 e 12 – Imobilizado e Intangível: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível);

Nota explicativa nº 20 – Provisão para contingência: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneiras consistentes a todos os exercícios apresentados:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Receita de juros sobre aplicações financeiras;

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;

Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

Juros e despesas pela obtenção de contratos de empréstimos ou arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação

depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 11.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Contratos de concessão de serviços (vide notas 1 e 12)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Quando a vida útil assim determinada é inferior ao prazo remanente da concessão, é utilizada esta, para a amortização.

(iv) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1))

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear baseado no prazo restante da Concessão. A amortização inicia-se a partir de que o ativo está em condições de produzir benefícios econômicos, o que se entende que acontece a partir do momento em que os usuários podem ser cobrados pela prestação dos serviços públicos.

f. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através de Resultados (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Capital social*

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia são oriundas de:

Receitas tarifárias: constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remuneram os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei 6009/1972, Decreto 89121/1983 na Resolução 432/2017 e na Portaria 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato de concessão. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada em um período curto;

Receitas não tarifárias: decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada geralmente ao longo do período dos contratos celebrados;

Receita por prestação de serviço de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Outros benefícios de longo prazo a empregados*

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) *Benefícios de término de vínculo empregatício*

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

I. *Arrendamento mercantil (IFRS 16/ CPC 06)*

A Companhia como arrendatária

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, a Companhia registra os pagamentos do principal dos passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. O pagamento dos juros está classificado como atividade operacional.

m. Novas normas vigentes

As seguintes novas normas ou modificações a normas existentes são aplicáveis desde 1 janeiro 2020, porém não tem um efeito material sobre estas demonstrações financeiras:

- CPC 00 (R2)/Conceptual Framework in IFRS Standards – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Definição de Material (alterações ao CPC 23/IAS 8 e CPC 26/IAS 1);
- Definição de Negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Benefício em contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 para arrendatários (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9).

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

A administração não concluiu o estudo dos possíveis impactos das seguintes normas alteradas e interpretações, porém antecipa que não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16);
- Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato (alterações à IAS 37);
- Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações à IFRS 3); e
- Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (alterações à IAS 1).

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2020	2019
Caixa e bancos	69.579	44
Aplicações financeiras (CDB)	-	127.759
Total – Caixa e equivalentes de caixa	69.579	127.803
Aplicações financeiras (CDB)	122.239	-
Total – Aplicações financeiras	122.239	-

As aplicações financeiras são realizadas em títulos Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas de entre 99,5% e 101% (99,5% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

Em 2019 os CDBs foram classificados como equivalentes de caixa devido a que eram mantidos para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um risco insignificante de mudanças de valor.

Em 2020 os CDBs são classificados como aplicações financeiras-circulante devido a que são mantidos principalmente para atender aos compromissos de caixa de meio prazo.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes – tarifários	13.308	-
Contas a receber de clientes - não tarifários	14.873	-
Contas a receber a faturar (a)	9.625	-
(-) Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (b)	<u>(7.852)</u>	<u>-</u>
	<u>29.954</u>	<u>-</u>

(a) A Companhia contabilizou contas a receber a faturar de clientes com base na política contábil 6j, para os contratos vigentes e para os serviços efetivamente prestados que não foram faturados, tais como tarifas aeronáuticas dos últimos dias do período contábil que serão faturadas no mês subsequente, receita não tarifária variável faturada no mês seguinte e receita não tarifária por cessão de uso de área na qual existem restrições para o faturamento, contudo a cessão de uso da área continua em vigor. Os montantes a faturar são determinados nas tarifas vigentes e nos contratos comerciais aplicáveis.

(b) A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD no exercício:

	2020	2019
Saldos iniciais	-	-
(-) Adições do exercício	<u>(7.852)</u>	<u>-</u>
	<u>(7.852)</u>	<u>-</u>

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil 6h), é refletida na PECLD do exercício.

É conduzido uma análise periódica para classificação de risco (baixo, médio ou alto) de recebimento dos valores em aberto referente aos clientes aeronáuticos e comerciais/imobiliários, avaliando caso a caso. A classificação na categoria de risco determina substancialmente a perda provável esperada em cada caso.

Os clientes onde não são esperadas perdas ou atrasos significativos nos pagamentos são classificados como risco baixo. No resto dos casos, se é antecipado que as tratativas possibilitarão a realização de acordos para pagamento, os clientes são classificados como risco baixo ou médio. No entanto, caso seja esperado um litígio ou a possibilidade de não alcançar um acordo seja considerada elevada, os clientes são classificados como de risco alto.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2020	2019
A vencer	25.801	-
Vencidos:		
Até 3 meses	6.097	-
Entre 3 e 6 meses	2.824	-
Acima de 6 meses	3.084	-
	37.806	-

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades

	2020	2019
IRRF	1.125	332
IRPJ a compensar	1	-
CSRF	7	-
PIS	227	-
COFINS	1.044	-
ISSQN	115	-
Outros	133	-
	2.652	332

10 Impostos de renda correntes e diferidos

No ano de 2020 a Companhia foi optante pelo lucro real. Foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos considerando as alíquotas vigentes sobre o resultado. No ano de 2019 a Companhia estava enquadrada em fase pré-operacional conforme previsto no artigo 128 da IN 1700/2017.

- a. A seguir, está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado o exercício:

	2020	2019
Imposto diferido	169.285	7.550
	169.285	7.550

b. A seguir, está demonstrada a conciliação entre o prejuízo contábil e fiscal no exercício:

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>499.683</u>	<u>22.217</u>
Diferencias permanentes	(2.090)	(11)
(-) Juros <i>intercompany</i>	(1.849)	-
(-) Outras diferenças	(241)	(11)
Diferenças temporárias:		
(-) <i>Impairment</i> não dedutível	(412.029)	-
(+) Diferenças na amortização	4.213	-
(-) Provisões de despesas	(18.053)	-
(-) Provisões de descontos	(5.147)	-
(-) Provisão para remuneração variável	(3.403)	-
(-) Provisões de custos <i>intercompany</i>	(3.459)	-
(-) Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Inedutível	(7.341)	-
(+) Outras diferencias	<u>19</u>	<u>-</u>
Prejuízo fiscal do exercício	<u>52.393</u>	<u>22.206</u>
Alíquota	34%	34%
Imposto corrente do exercício (lucro)	-	-

c. Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	2020	2019
2019 – Prazo ilimitado	22.218	22.218
2020 – Prazo ilimitado	<u>52.393</u>	<u>-</u>
	<u>74.611</u>	<u>22.218</u>

A Companhia tem reconhecido um ativo fiscal diferido tanto pelos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a utilizar num futuro, como pelas diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, no montante total de R\$ 176.835 (2019: R\$ 7.550), com base nas projeções preparadas pela Administração que mostram que no futuro previsível obterá lucros futuros tributáveis superiores aos lucros advindos da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes.

Apesar da Companhia estar em seu primeiro ano de operação, a projeção realizada utilizou premissas razoáveis para concluir que o imposto diferido ativo seria realizado. A Companhia possui contrato de concessão válido para a operação de 6 aeroportos na região nordeste do Brasil, opera com as principais empresas aéreas nacionais e possui acordos assinados com terceiros que exploram áreas dentro dos aeroportos, como também, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, tais fatores possibilitam que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para um período de 10 anos, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável.

- d. A seguir, mostra-se para cada tipo de diferença temporária assim como para os prejuízos fiscais não utilizados o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial, assim como a movimentação para os exercícios de 2019 e 2020:

	Intangível (Impairment)	Provisões	Contas a receber (PECLD)	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Lançamentos no resultado	-	-	-	-	7.550	7.550
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	7.550	7.550
Lançamentos no resultado	140.090	8.457	2.496	(64)	18.306	169.285
Saldos imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2020	140.090	8.457	2.496	(64)	25.856	176.835

11 Imobilizado

a. Composição

	2020			2019			
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos	33,33	138	(46)	92	138	-	138
Móveis e Utensílios	10	6	(1)	5	-	-	-
Computadores e Periféricos	25	1.581	(353)	1.228	339	(11)	328
Direito de uso- arrendamento salas comerciais	50	1.223	(586)	637	-	-	-
Direito de uso - arrendamento Equipamentos	33,33	1.280	(71)	1.209	-	-	-
		4.228	(1.057)	3.171	477	(11)	466

b. Movimentação

	Equipamentos de informática	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Arrendamento salas	Arrendamento equipamentos	Total
Saldos em 30 de maio de 2019	-	-	-	-	-	-
Adições	138	339	-	-	-	477
Depreciação	-	(11)	-	-	-	(11)
Saldo do custo em 31 de dezembro de 2019	138	339	-	-	-	477
Saldo da depreciação em 31 de dezembro de 2019	-	(11)	-	-	-	(11)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	138	328	-	-	-	466
Transferências de intangível	-	-	-	1.198	-	1.198
Adições	-	1.242	6	-	1.280	2.528
Outros	-	-	-	13	-	13
Depreciação	(46)	(342)	(1)	(574)	(71)	(1.034)
Saldo do custo em 31 de dezembro de 2020	138	1.581	6	1.223	1.280	4.228
Saldo da depreciação em 31 de dezembro de 2020	(46)	(353)	(1)	(586)	(71)	(1.057)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	92	1.228	5	637	1.209	3.171

(i) Direito de uso -Arrendamento salas

Contrato de aluguel do escritório corporativo da companhia com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo de 2 anos, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

(ii) Direito de uso - Arrendamento equipamentos

Contrato de aluguel de equipamentos de informática, iniciado em setembro 2020, pelo prazo de 3 anos, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

Contrato de aluguel relativo a equipamentos de impressora, contabilizado conforme CPC – 06 (nota 6.1) pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

12 Intangível

a. Composição

	Taxas médias anuais de amortização (%)	2020			2019		
		Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total	Custo	Amortização acumulada
Contrato de Concessão de serviços(i)	3,33	2.263.257	(65.963)	(412.029)	1.785.265	2.266.020	2.266.020
Arrendamento salas Intangível em construção	50	-	-	-	-	1.210	(12)
	-	13.490	-	-	13.490	1.812	-
		<u>2.276.747</u>	<u>(65.963)</u>	<u>(412.029)</u>	<u>1.798.755</u>	<u>2.269.042</u>	<u>(12)</u>
							<u>2.269.030</u>

(i) *Contrato de Concessão de serviços*

Consiste no valor pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão.

Também há registrado custos derivados do contrato de concessão que inclui valores pagos a terceiros com base no edital de leilão de julho de 2019 por importe de R\$ 331.466, e valores devidos à controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A no montante de R\$ 14.649 por repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.

A concessão começou na Data de Eficácia do contrato, 9 de outubro de 2019. A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 13 janeiro 2020, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco Nordeste (nota 1).

b. Movimentação

	Contrato de Concessão de serviços	Projetos de desenvolvimento	Arrendamento salas	Total
Saldos em 30 de maio de 2019	-	-	-	-
Aquisição	2.266.020	1.812	1.210	2.269.042
Amortização	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.266.020	1.812	1.198	2.269.030
Transferências a imobilizado	-	-	(1.198)	(1.198)
Aquisição	-	11.678	-	11.678
Baixas	(2.763)	-	-	(2.763)
Impairment	(412.029)	-	-	(412.029)
Amortização	(65.963)	-	-	(65.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.785.265	13.490	-	1.798.755

A rubrica de intangível em construção incluem principalmente as atividades de engenharia para executar as obras requeridas pelo contrato de concessão:

- Obras de melhoria nos 6 aeroportos, consistentes principalmente na renovação dos banheiros públicos e ações de melhoria na sinalização, iluminação e acessibilidade dos edifícios terminais; e
- Obras de ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos.

c. Teste de *impairment*

A Companhia efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2020. O valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2020 era maior que o seu valor recuperável de R\$ 1.748.234 e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável de valor R\$ 412.029 em 2020 (2019: zero) foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada ao contrato de concessão de serviços e foi incluída em ‘Custos dos serviços prestados’.

A administração realizou os cálculos do valor em uso sob a base das projeções dos fluxos de caixa preparadas por um consultor independente e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

A taxa de desconto aplicada as projeções do fluxo de caixa descontado, de 12,0%, é o custo médio ponderado do capital, sendo determinado pela média ponderada do custo de recursos próprios e do custo de recursos de terceiros (WACC); ajustado para considerar o efeito dos fluxos positivos decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão (nota 1), ponderados pelo grau de probabilidade em sua obtenção considerando às incertezas associadas a seu cálculo e eventual aprovação pelo Poder Concedente.

Além da taxa de desconto, as principais premissas que afetam os fluxos de efetivo da Companhia são: curva de demanda de passageiros, variação das tarifas, receitas comerciais, nível de investimentos e os custos operacionais.

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará uma perda adicional.

A seguir mostra-se o teste de sensibilidade realizado às variações razoáveis sobre as principais variáveis com incidência no resultado a taxa média ponderada de custo do capital (WACC) e a curva de recuperação do tráfego de passageiros, nos próximos anos:

Recuperação do tráfego (PAX) 2021 - 2025	WACC		
	11,0%	12,0%	13,0%
Curva de recuperação em “V” (+7,1%)	-	(308.598)	(589.628)
Curva de recuperação em “U” - Base	(81.370)	(412.029)	(687.807)
Curva de recuperação em “L” (-14,2%)	(161.387)	(494.497)	(772.204)

13 Fornecedores e contas a pagar

	2020	2019
Korn Ferry (BR) Consultores Ltda.	-	1.453
Companhia Energética de Pernambuco	921	-
Generali Brasil Seguros S.A.	607	-
Premier It Global Services Ltda.	606	-
Centro Saneamento E Serviços Avançados	511	-
Roland Berger Ltda.	511	-
Sprink Segurança Contra Incêndio Ltda.	452	-
Centro de Estudios de Mater. y Control de Obra	434	-
Eletroncontrol Engenharia e Comercio	423	-
Guardsecure Segurança Empresarial Ltda.	407	-
Top Lyne Serviços Auxiliares De Transporte Aéreo Eireli	372	-
Infraway Engenharia Ltda.	357	-
Falck Fire e Safety Do Brasil	285	-
Outros	4.843	726
	10.729	2.179
	10.729	2.179

14 Empréstimos

Os termos e condições dos empréstimos e arrendamentos em aberto são:

				2020		2019	
	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Empréstimos bancários com garantia (i)	R\$	3,6% + 100% CDI	2022	70.000	69.225	-	-
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	4,31%	2021	715	675	1.334	1.210
Passivo de Arrendamento (ii)	R\$	12,00%	2023	1.020	771	-	-
Passivo de arrendamento (ii)	R\$	2,22%	2023	441	426	-	-
				72.795	71.097	1.334	1.210
						2020	2019
Passivo circulante							
Empréstimos bancários com garantia						46.150	-
Passivos de arrendamento						1.091	605
						47.241	605
Passivo não circulante							
Empréstimos bancários com garantia						23.075	-
Passivos de arrendamento						781	605
						23.856	605

- (i) A Companhia contraiu empréstimo em 30 de dezembro de 2020 com o Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 70.000, registrado pelo valor original de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com seu credor, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até a data do balanço.

O empréstimo foi instrumentado com uma Cédula de Crédito Bancário, com prazo de 18 meses a ser pago em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas, vincendas a partir do 7º mês de vigência, inclusive. O empréstimo está garantido com os recebimentos de clientes, pelo valor mínimo de 2,5 vezes o valor da próxima parcela. O empréstimo impõe algumas restrições e *covenants* que, caso sejam descumpridas, acarretariam o vencimento antecipado da dívida, e que a seguir são resumidas:

- Recebimentos mensais de clientes na conta vinculada não alcancem 1,5 vezes a próxima parcela de pagamento 1 mês, ou 2,5 vezes em meia de 2 meses.
- Em verificação anual a realizar em dezembro 2021, a razão de dívida líquida / EBITDA exceda 3,5 vezes.
- Atos societários como mudança ou alteração do objeto social; cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária; sofrer alteração de controle, direto ou indireto; distribuição de dividendos acima do mínimo legal.
- Processo de caducidade/devolução (amigável ou não) da concessão e/ou outro processo que questione a concessão.
- Realização de mútuo.
- Descumprimento de obrigações pecuniárias em valor superior a R\$ 5.000, sofrer protestos (SPC/SERASA) em valor superior a R\$ 5.000; liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência; pedido de autofalência; pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento de recuperação ou de sua concessão pelo juízo competente; encerramento das atividades.
- Venda de ativos superior a R\$ 5.000.
- Descumprimento de qualquer decisão judicial em segunda instância cuja exigibilidade não tenha sido suspensa e o valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas, que afete de forma significativa o exercício das atividades desenvolvidas pela Aena Brasil.

A administração determinou que nenhuma das restrições ou *covenants* tinham sido descumpridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e, assim, tem classificado o empréstimo atendendo as datas do vencimento original.

- (ii) Os seguintes arrendamentos foram contratados pela Companhia: aluguel de salas de escritório corporativo, com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, pelo prazo de 2 anos, aluguel de equipamentos de informática, iniciado em setembro 2020, pelo prazo de 3 anos, e aluguel relativo à equipamentos de impressora, pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021, todos foram contabilizados conforme CPC – 06 (nota 6.1), com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

(a) **Cronograma da dívida**

	Empréstimos	Passivo de arrendamento
2021	46.150	1.091
2022	23.075	487
2023 em diante	-	293
	69.225	1.871

(b) **Movimentação**

	Empréstimos e Financiamento	Passivos de arrendamento	Total
Saldos em 30 de maio de 2019	-	-	-
Recursos provenientes de novos contratos de arrendamento	-	1.210	1.210
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.210	1.210
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	70.000	-	70.000
Recursos provenientes de novos contratos de arrendamento	-	1.293	1.293
Custos de transação	(775)	-	(775)
Juros incorridos	-	29	29
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(660)	(660)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.225	1.872	71.097

15 Partes relacionadas

a. Controladora

O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A.

b. Saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas.

As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (o Acordo) assinado com as duas companhias do grupo em 1 setembro 2020. Este estabelece o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil, especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como o preço baseado em custo mais mark-up do 6,98% para os serviços de assessoramento e apoio a gestão.

Na mesma data foi assinado um Acordo de Suspensão que suspendeu até 31 de dezembro de 2020 o faturamento e o pagamento das quantidades devidas sob o Acordo, restando a dever a 31 de dezembro de 2020 todos os montantes registrados.

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2020	2019
Aena Desarrollo Internacional SME, SA	32.221	21.921
Aena, SME, AS	4.892	2.310
	37.113	24.231

Os saldos com as companhias relacionadas estão denominados em euro e foram convertidos para real aplicando a política contábil descrita em 6 a).

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não tem sido faturadas, foram:

	2020	2019
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – intangíveis (concessão) (i)	-	14.852
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – serviços e despesas (ii)	1.768	7.069
Aena, SME, SA – serviços e despesas (ii)	1.691	2.310
	3.459	24.231

- (i) Em 2019 a Companhia registrou um passivo de R\$ 14.852 referente ao repasse pela controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. dos custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.
- (ii) A Aena Brasil registrou transações com Aena, SME, S.A e com Aena Desarrollo Internacional SME, S.A., que suportaram a Aena Brasil em suas operações. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio.

Adicionalmente, a Companhia determinou o valor justo do parcelamento concedido em 2020 de fato pelas partes relacionadas, determinando que o valor dos juros que um terceiro teria aplicado seriam de R\$ 1.849 (R\$ 1.637 Aena Desarrollo Internacional S.M.E. S.A. e R\$ 212 Aena S.M.E. S.A.). A Companhia contabilizou a operação de forma análoga a um aporte de capital consistente com o perdão do pagamento de juros, registrando assim os juros nas despesas financeiras (nota 26), e um aporte em Reservas como contrapartida.

c. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 6.434 (R\$ 620 em 2019), correspondendo R\$ 4.522 a remuneração fixa e R\$ 2.008 a variável (2019: R\$ 454 fixa e R\$ 166 variável).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações.

16 Impostos e contribuições a recolher

O montante de impostos a recolher se refere principalmente aos impostos: PIS, COFINS, ISS e CSRF, conforme o quadro a seguir:

	2020	2019
IRRF	162	116
PIS	392	66
COFINS	1.812	307
ISSQN	1.459	248
INSS	434	-
CIDE	327	327
CSRF	783	-
	5.369	1.064

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar, decorrentes de tributos a recolher aos governos.

17 Obrigações sociais e trabalhistas

Salários e remunerações registram as obrigações decorrentes da folha de pagamentos. Encargos sociais a recolher, referem-se aos valores incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2020	2019
Ordenados e salários	-	22
Pensões a pagar	11	-
Provisões de férias	2.352	-
IRRF sobre FOPAG	991	66
FGTS a recolher	355	53
INSS a recolher	1.071	186
Remuneração variável	3.807	-
Contribuição sindical	1	-
	8.587	326

18 Provisões de contas a pagar

As provisões de contas a pagar, no montante de R\$ 20.280 em 31 de dezembro de 2020, referem-se a serviços tomados durante o exercício de 2020, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício.

	2020	2019
Serviços de bombeiros	8.202	-
Outros serviços de terceiros	5.883	2.506
Serviços de engenharia (CAPEX)	4.379	-
Consumos (Energia, Água, Combustíveis e Materiais)	1.816	-
	20.280	2.506

19 Outras contas a pagar

O montante de R\$ 5.656, registrado em outras contas a pagar, contempla obrigações como remuneração de conselheiros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2020	2019
Adiantamento de clientes (a)	3.330	-
Valores a repassar a terceiros (b)	653	-
Cauções de terceiros (c)	453	-
Outras contas a pagar	1.220	560
	5.656	560

- (a) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos;
- (b) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses devidos ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), incidentes sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais;
- (c) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais ou administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária resultante do curso normal de seus negócios. Possuindo processos avaliados pelos consultores jurídicos com risco possível, para os quais não foram constituídas provisões, e risco provável, cuja provisão foi devidamente constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme apresentado a seguir:

	2020	2019
Processos judiciais com risco possível		
Trabalhistas (a)	361	-
Tributários (b)	4.265	-
Cíveis (c)	600	-
	5.226	-
Processos judiciais com risco provável		
Trabalhistas	7	-
	7	-

A seguir, está demonstrada a movimentação no exercício:

	Riscos trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	<u>7</u>	<u>7</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>7</u></u>	<u><u>7</u></u>

a. Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b. Riscos tributários

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu da Prefeitura de Rio Largo/AL um documento de arrecadação municipal referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) no valor total de R\$ 4.265, referente ao Aeroporto Internacional de Maceió/Zumbi dos Palmares, que fica dividido entre os municípios de Maceió/AL e Rio Largo/AL.

Como o fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada exercício civil, a administração entende que o Município de Rio Largo/AL não pode cobrar da Companhia o tributo referente ao ano de 2020, eis que nesta data a Aena Brasil não havia assumido a operação do Aeroporto.

Ademais, a cobrança da Prefeitura de Rio Largo não apresentou qualquer critério de cobrança (base de cálculo, fato gerador, inscrição municipal), inclusive sem mencionar o fato de que a área física do Aeroporto de Maceió está dividida entre dois municípios.

Finalmente, considerando que o IPTU é um tributo cobrado a partir da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, que a posse precária está excluída de tais hipóteses, e considerando o próprio Contrato de Concessão, pelo qual a União Federal não deixou e não deixará de ser proprietária do imóvel em questão, a administração entende que a Companhia exerce uma posse precária, principalmente porque os bens serão revertidos ao final da concessão, e que assim, o IPTU não é devido.

A Companhia iniciou processo administrativo a partir da Reclamação contra o lançamento, protocolada em 19 de fevereiro de 2020, ainda não resolvida até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras.

Em relação ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a análise da administração é que não existem incertezas relevantes.

c. Riscos cíveis

Processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas e outros) e fornecedores, relativos a pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigações a fazer, ou outras naturezas.

21 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída em 30 de maio de 2019 com um capital de R\$ 10, dos quais foi integralizado R\$ 1. Em 01 de julho de 2019, o Conselho de Administração, em uso da atribuição conferida nos estatutos sociais da Companhia, aprovou o aumento de capital de R\$ 2.388.990, sendo referente a 2.388.990.000 ações ordinárias, das quais foram integralizadas 2.388.894.000, passando o capital social integralizado da Companhia de R\$ 1 para R\$ 2.388.895.

Em 15 de junho de 2020 foi integralizado o capital social restante no valor de R\$ 105 totalizando um capital de R\$ 2.389.000, referente a 2.389.000.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a totalidade das ações são propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A

Reservas

As reservas refletem a contrapartida dos juros *intercompany* descritos na nota 15.

22 Receitas operacionais

A receita operacional líquida registrada no exercício de 2020, corresponde ao valor de R\$ 146.710. No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2020	2019
Receitas tarifárias	91.111	-
Receitas não tarifárias	98.920	-
Receita por prestação de serviço de construção	11.678	1.813
Menos:		
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	(19.733)	-
Cancelamentos e abatimentos	(32.054)	-
Descontos	(3.212)	-
	<u>146.710</u>	<u>1.813</u>

Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso. Estas medidas foram aplicadas a partir de abril 2020 em decorrência da situação de pandemia e progressivamente revertidas desde o terceiro trimestre, até ter sido eliminadas já em janeiro 2021.

No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2020	2019
Receitas tarifárias	82.804	-
Receitas não tarifárias	52.228	-
Receita por prestação de serviços de construção	11.678	1.813
	<u>146.710</u>	<u>1.813</u>

23 Custos dos serviços prestados

O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2020	2019
Custos de prestação de serviço de construção	(11.678)	(1.813)
Custos com pessoal	(17.404)	-
Serviços (a)	(61.441)	-
Materiais e consumos	(15.425)	-
Seguros	(4.972)	-
Depreciação e amortização	(66.997)	-
Outros	(894)	-
	(178.811)	(1.813)

- (a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços de bombeiros e serviços voltados para a operação, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos.

24 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal	(26.263)	(2.339)
Serviços	(9.200)	(12.145)
Depreciação e amortização	-	(23)
Outros	(4.378)	(2.363)
	(39.841)	(16.870)

25 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	3.110	5.478
Juros obtidos e multas	40	-
Descontos obtidos	450	-
	3.600	5.478
Despesas financeiras		
Despesa com IOF	(38)	(10.566)
Variação cambial	(9.423)	-
Juros <i>Intercompany</i>	(1.849)	-
Outros	(150)	(259)
	(11.460)	(10.825)
Resultado financeiro líquido	(7.860)	(5.347)

26 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

2020				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	69.579	-	-
Aplicações financeiras	7	122.239	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	22.925	-
Outros créditos		-	141	-
		191.818	23.066	124.595
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	10.729
Empréstimos	14	-	-	69.225
Passivo de arrendamento	14	-	-	1.872
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.113
Outras contas a pagar	19	-	-	5.656
		191.818	23.066	124.595
2019				
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	44	-	-
Aplicações financeiras	7	127.759	-	-
Outros créditos		-	378	-
		127.803	378	30.686
Passivo				
Fornecedores	13	-	-	2.179
Passivo de arrendamento	14	-	-	1.210
Contas a pagar - partes relacionadas	16	-	-	24.231
Outras contas a pagar	19	-	-	3.066
		127.803	378	30.686

Os equivalentes de caixa são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo.

A administração entende que as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$ 69.579 de caixa e bancos e R\$ 122.239 de aplicações financeiras avaliadas pelo valor justo.

Os saldos em caixa e bancos têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1). As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil (qualificadas como nível 2).

(iii) Detalhe dos fluxos contratuais

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro:

	Nota	2021	2022	2023
Ativo				
Contas a receber de clientes	8	22.925	-	-
Passivo				
Fornecedores	14	10.729	-	-
Empréstimos	15	38.387	35.557	-
Arrendamentos	15	1.031	487	365
Contas a pagar - partes relacionadas	16	37.113	-	-
		<u>110.185</u>	<u>36.044</u>	<u>365</u>

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de taxas de juros e inflação;
- (c) Risco de taxa de câmbio; e
- (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia também gera o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado ou a vista para a operação de Grupo II (taxi aéreo e aviação geral), e para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2020 estão refletidos a seguir:

	2020	2019
Adiantamento de clientes	3.330	-
Caução recebida	403	-
Fiança bancária	296	-
Seguro caução	11.196	-
	15.225	-

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração dos equivalentes ao efetivo, e aos juros registrados no empréstimo e nas contas a pagar a partes relacionadas. A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio euro/R\$, nas contas a pagar a partes relacionadas. A Companhia não utiliza derivados nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de suas operações. A administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

(v) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas **taxas de juros**.

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros CDI foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI - Alta	2,15%	2,69%	3,22%
CDI - Baixa	2,15%	1,61%	1,07%

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI, foram consideradas uma alta e uma queda de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Todos os valores se apresentam líquidos de IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDB – aplicações financeiras	Baixa do CDI	1.244	930	619
Empréstimo	Alta do CDI	2.364	2.590	2.815

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas **taxas de câmbio**.

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
€R\$ - Alta	5,61	7,02	8,42

Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €R\$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Todos os valores se apresentam líquidos de IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Contas a pagar – Partes Relacionadas (variação cambial)	Alta €	(2.941)	2.447	7.835

27 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 177.805
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários	R\$ 2.980.751
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	R\$ 300.000

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros vigentes foram:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 173.572
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários	R\$ 2.227.880
Danos materiais – aeroporto e escritório administrativo	R\$ 300.000

28 Compromissos assumidos

a) Investimentos

O Contrato de Concessão, Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos em um máximo de 36 meses após a Data de Eficácia do Contrato de Concessão:

Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e vias terrestres associadas, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar, simultaneamente, no aeroporto, pelo menos as quantidades de passageiros detalhadas no PEA para cada aeroporto (todos os aeroportos).

Disponibilizar área de pátio de aeronaves para acomodar, pelo menos, de forma simultânea e independente, 23 (vinte e três) aeronaves código “C”; 02 (duas) aeronaves código D e 02 (duas) aeronaves código “E”, entre posições atendidas por pontes de embarque e posições remotas (SBRF).

Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, para manutenção das operações com aeronaves a jato, quando houver (todos os aeroportos).

Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C (todos os aeroportos).

Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA), nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem (todos os aeroportos).

Disponibilizar os recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% da bagagem despachada, da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos (todos os aeroportos).

Além disso, a Companhia deverá realizar os investimentos necessários nas infraestruturas para manter os níveis de serviço requeridos pelo PEA, em função da demanda atual.

Os investimentos mencionados não têm importes econômicos mínimos. Durante o exercício de 2020 a Companhia executou investimentos em obras de infraestrutura no valor de R\$ 11.678, cujo total em 31 de dezembro de 2020 correspondeu à R\$ 13.490.

Devido a situação gerada pela pandemia, foi solicitado à ANAC ampliação do prazo para apresentação dos projetos e execução dos investimentos requeridos pelo contrato de concessão. ANAC suspendeu os prazos de execução das obrigações contratuais de investimento, entre o 13 de maio de 2020 e o 23 de novembro de 2020, e acresceu o prazo de 8 oito meses às datas inicialmente estabelecidas contratualmente para conclusão dos investimentos. Assim, o prazo total para realizar os investimentos da fase 1B do contrato de concessão passa a ser de 44 meses após a Data de Eficácia do Contrato.

b) Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2019-2023)	0%
Quinto ano (2024)	1,63%
Sexto ano (2025)	3,27%
Sétimo ano (2026)	4,90%
Oitavo ano (2027)	6,53%
Até o final da concessão (2028-2049)	8,16%

Consequentemente a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável.

29 Demonstração dos fluxos de caixa – transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7.

(ii) Informações suplementares

Na tabela abaixo são apresentados os valores que não envolveram caixa no exercício:

	2020	2019
Atividades de investimentos		
Arrendamento	1.293	1.198
Aquisições de imobilizado	-	477
Aquisições de projetos de desenvolvimento pendentes de pagamento	1.251	1.813
Repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão (nota 15)	-	14.852
	7.900	18.340

30 Arrendamentos

A seguir é proporcionada a informação sobre arrendamentos requerida pelo CPC 06 / IFRS 16 de forma direta ou por referência a outras notas destas demonstrações financeiras:

Ativos de direito de uso	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte do Imobilizado (nota 11)
Passivos de arrendamento	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte de Empréstimos e Arrendamentos (nota 14)
Juros sobre passivos de arrendamento	Nota 14
Encargos de depreciação para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente	Nota 11
Despesa referente a arrendamentos de curto prazo contabilizada, aplicando o item 6 do CPC 06/IFRS 16	R\$ 233
Saídas de caixa totais para arrendamentos	Nota 14
Adições a ativos de direito de uso;	Nota 11
Valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período de relatório por classe de ativo subjacente	Nota 11
Análise de vencimento de passivos de arrendamento	Nota 26
Outras informações sobre os arrendamentos	Nota 14

31 Eventos subsequentes

Em janeiro 2021 os Conselhos de Administração de Aena Desarrollo Internacional SME S.A. e Aena Brasil aprovaram manter a suspensão do faturamento e o pagamento das quantidades devidas sob o Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (nota 15), até o 31 de agosto de 2021.

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini Ruiz
Conselheiro

José Leo Vizcaíno
Conselheiro

Maria José Cuenda Chamorro
Conselheira

Juan Carlos Alfonso Rubio
Conselheiro

Antonio Fernández Poyato
Conselheiro

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Conselheiro

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Diretor Presidente

Roberto Ángel Ramírez García
Diretor Econômico Financeiro

Begoña Felices Pascual
Diretora Comercial

Salvador Merino Moína
Diretor de Organização e Recursos Humanos

Raúl Moya González
Diretor de Operações, Infraestrutura e TI

Anderson Josias dos Santos Oliveira
Contador
CRC: 1SP 280.504/O-5